



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Autógrafo nº 34.375

Projeto de lei nº 888, de 2025

Autoria: Marcio Nakashima – PDT

Dispõe sobre a implantação de políticas públicas para buscas de pessoas desaparecidas no âmbito do Estado e determina demais providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º – A presente lei visa a instituir políticas públicas voltadas à promoção de buscas por pessoas desaparecidas e à criação do Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas no âmbito do Estado de São Paulo.

Artigo 2º – Para o efeito desta lei, considera-se desaparecida toda pessoa humana cujo paradeiro seja desconhecido, não importando a causa deste desaparecimento.

Artigo 3º – Do acionamento originado em decorrência de notícia de desaparecimento, a Polícia Militar iniciará, dentro das condições necessárias, a imediata procura pela pessoa desaparecida no entorno do local onde vista pela última vez, salvo se passadas mais de 8 (oito) horas entre o desaparecimento e a comunicação da ocorrência.

Parágrafo único – A atenção deverá ser redobrada quando a pessoa desaparecida for pessoa idosa, enferma, portadora de deficiência ou criança menor de 14 (catorze) anos.

Artigo 4º – Fica autorizado o Poder Público a criar o Cadastro Estadual de Pessoas Desaparecidas, no âmbito do nosso Estado, que deverá conter as seguintes informações:



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

- I – nome completo do desaparecido e sua alcunha, se houver;
- II – RG e CPF do desaparecido;
- III – fotos atualizadas, devendo conter duas ou mais imagens da pessoa desaparecida;
- IV – descrição de suas características pessoais, tais como a data de nascimento, idade atual, cor, sexo e nome dos genitores;
- V – orientação sexual ou identidade de gênero;
- VI – características corporais compreendidas pela altura, peso aproximado, tamanho de calçado, cor, tipo e tamanho dos cabelos, bem como descrição de tatuagem, deficiência, prótese e cicatriz, se houver;
- VII – local do desaparecimento, bem como o último local onde a pessoa foi vista;
- VIII – data do desaparecimento;
- IX – vestimenta e pertences pessoais que a pessoa estaria utilizando quando do desaparecimento;
- X – piercings e demais adornos, se houver;
- XI – dados do aparelho celular, tais como marca, modelo, IMEI do aparelho, número(s) da(s) linha(s) e operadora, se o aparelho no momento do desaparecimento estivesse com a pessoa desaparecida;
- XII – informações acerca de cartões e bilhete de uso em transportes públicos, se houver;
- XIII – informações sobre veículo, tais como marca, modelo, cor, placas, se o mesmo estiver relacionado ao desaparecimento;
- XIV – descrição acerca dos motivos para o desaparecimento, se houver;
- XV – cópia do boletim de ocorrência acerca do desaparecimento;
- XVI – nome completo, grau de parentesco e contatos da pessoa responsável pelas informações.



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Parágrafo único – Havendo suspeita de que pessoas desaparecidas em outros estados estejam em solo paulista, esta deverá constar do cadastro previsto no “caput” deste artigo.

Artigo 5º – O cadastro descrito no artigo anterior será gerido e de responsabilidade do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD, devendo a entrada de dados e informações ser compartilhada pelas seguintes entidades:

I – Polícia Civil;

II – Secretaria de Segurança Pública de outros estados, nos casos previstos no parágrafo único do artigo 4º;

III – Polícia Militar;

IV – Ministério Público do Estado de São Paulo;

V – Prefeituras Municipais no âmbito do Estado de São Paulo, por meio dos respectivos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, bem como as inspetorias das Guardas Municipais, nos municípios que as possuïrem;

VI – Prefeituras Municipais no âmbito do Estado de São Paulo, por meio de serviços municipais voltados ao acolhimento de pessoas e familiares de pessoas desaparecidas;

VII – Instituto Médico Legal de suas respectivas comarcas;

VIII – Serviço de Verificação de Óbito de suas respectivas comarcas;

IX – Superintendência da Polícia Científica do Estado de São Paulo;

X – Hospitais de urgência de âmbito municipal e estadual;

XI – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, em seus respectivos municípios;

XII – Organizações Não Governamentais previamente cadastradas e que possuam atendimento e acolhimento aos familiares de pessoas desaparecidas;

XIII – Organizações Não Governamentais previamente cadastradas e que atendam pessoas em situação de rua;



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

XIV – Entidades governamentais e não governamentais que atendam e forneçam acolhimento a pessoas com dependência química;

XV – Conselho Tutelar dos respectivos municípios, quando se tratar de indivíduos menores encontrados sem a devida identificação e que estejam em seu poder.

Parágrafo único – Os dados do sistema deverão constar no respectivo prontuário relativo ao cadastro de RG da pessoa desaparecida junto ao IIRGD, devendo ser utilizada inteligência artificial para o cruzamento das informações provenientes dos dados indicados no artigo 7º.

Artigo 6º – Após a elaboração do boletim de ocorrência pela autoridade policial, esta imediatamente incluirá no respectivo banco de dados previsto no artigo 4º desta lei, criando-se a demanda por busca de desaparecidos no respectivo sistema.

§ 1º – Nos casos de encontro de indivíduos desaparecidos, esta será incluída no respectivo banco de dados com as informações do encontro, bem como o boletim de ocorrência atinente ao mesmo, encerrando-se o expediente de busca.

§ 2º – A criação de demandas por procura de pessoas desaparecidas previstas no “caput” deste artigo poderá ser exercida também pelas entidades relacionadas nos incisos II, III, IV, VI e XII do artigo 5º, devendo informar a autoridade policial local sobre a inclusão do respectivo cadastro.

Artigo 7º – Quando do atendimento de pessoas sem identificação pelas entidades relacionadas no artigo 5º, as mesmas deverão incluir no respectivo banco de dados constando as seguintes informações:

I – unidade/entidade que está prestando as informações;

II – nome do responsável pelo cadastro, com seu fácil contato;

III – data e hora do encontro do indivíduo, bem como a do cadastramento;

IV – gênero do indivíduo;

V – características de orientação sexual aparente ou identidade de gênero, se for necessário;



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

VI – idade ou idade aproximada;

VII – nome completo ou alcunha, caso o indivíduo possa prestar estas informações;

VIII – dados de RG, CPF e outros documentos, caso o indivíduo possa prestar estas informações;

IX – dados sobre familiares, caso o indivíduo possa prestar estas informações;

X – informações sobre local de residência e trabalho, caso o indivíduo possa prestar estas informações;

XI – cor da pele;

XII – estatura e tamanho do calçado;

XIII – cor dos cabelos e suas características;

XIV – peso aproximado;

XV – marcas de nascença, cicatrizes e próteses, se houver;

XVI – tatuagens, se houver, com suas respectivas características, bem como o local em que se encontram;

XVII – piercings e demais adornos, se houver;

XVIII – características acerca de seu vestuário;

XIX – demais características que possam contribuir para a identificação do indivíduo;

XX – relatório pormenorizado do atendimento à pessoa sem identificação, informando o local em que foi encontrada, em quais condições e, se for o caso, a identificação das pessoas que a encontraram.

§ 1º – Com exceção do inciso IV deste artigo, as características podem ser registradas por meio fotográfico ou imagens de vídeos.

§ 2º – Comporão o banco de dados informações provenientes de exame datiloscópico, ou perícia datiloscópica, bem como exames com intuito de confronto de DNA.



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Artigo 8º – Serão criadas plataformas digitais, por meio de site e aplicativo para uso em celulares, com o objetivo de viabilizar o cadastro decorrente desta lei.

Artigo 9º – As informações de cadastro de pessoas desaparecidas, bem como as informações acerca de pessoas encontradas sem identificação, serão de livre acesso à população, mediante plataformas previstas no artigo anterior, obedecendo às ressalvas previstas em lei.

§ 1º – As imagens relativas ao respectivo cadastro, ressalvadas as de cadáveres, provenientes das entidades previstas nos incisos VII, VIII e IX do artigo 5º acompanharão os preceitos do “caput” deste artigo, podendo, contudo a divulgação de imagens de vestuário e objetos com eles encontrados.

§ 2º – Serão disponibilizados canais de comunicação à população com objetivo de informar paradeiro de pessoa desaparecida, bem como informações de pessoas encontradas sem identificação.

§ 3º – Os canais de comunicação previstos no parágrafo anterior também terão como objetivo transmitir informações e procedimentos em caso de desaparecimento de pessoas, bem como de encontro de pessoas sem identificação.

Artigo 10 – O Poder Público Estadual promoverá parcerias e convênios junto aos municípios, entidades governamentais e não governamentais, bem como a outros estados, o Governo Federal e a Justiça Eleitoral, no sentido de fomentar a presente lei.

Artigo 11 – Fica autorizado o Poder Público Estadual a implementar programas de atendimento psicossocial e jurídico à família de pessoas desaparecidas, por meio do Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo.

Artigo 12 – Fica autorizada a divulgação de pessoas desaparecidas, bem como as plataformas digitais provenientes desta lei em sites governamentais, em mídias



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

impressas, em mídias eletrônicas em terminais de ônibus, estações de trens e metrô, bem como em monitores de mídia para conteúdo informativo e publicitário nas plataformas e no interior dos vagões e ônibus, no âmbito do nosso Estado.

Artigo 13 – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário, bem como recursos provenientes do Fundo Estadual de Segurança Pública e do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, instituído pela Lei nº 17.219 de 29 de novembro de 2019, se for necessário.

Artigo 14 – Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo promover a sua regulamentação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em

Assinatura manuscrita em azul de André do Prado.

ANDRÉ DO PRADO – Presidente